



O PERFIL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA: Contribuições para a discussão acerca da qualidade na primeira etapa da Educação Básica

*Laianna Gabriela Ferreira Santos*⁶⁸

*Sinara Almeida da Costa*⁶⁹

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo apresentar e discutir o perfil dos professores de Educação Infantil da rede pública municipal de Santarém-Pa. A metodologia constou da aplicação de questionários com 50 professores distribuídos em unidades que atendem crianças de zero a cinco anos no município, enfocando os seguintes aspectos: sexo, formação inicial (nível de escolaridade, instituição formadora e disciplinas específicas cursadas), tempo de trabalho na área, a combinação ou não de turnos de trabalho, bem como a participação em cursos de formação continuada (especialização e/ou cursos oferecidos pela Secretaria de Educação). A análise dos dados revelou, dentre outras coisas, que dos 50 profissionais que responderam ao questionário: 98% são mulheres; 62% cursaram apenas o nível médio na modalidade normal; 34% têm graduação em nível superior e 18% têm jornada dupla de trabalho. Estes resultados apontam para necessidades urgentes de: reformulação curricular dos cursos de formação de professores da educação infantil; valorização salarial da categoria no sentido de viabilizar também o seu investimento em formação; presença masculina atuando junto às crianças.

Palavras-chave: Perfil. Professores. Educação infantil.

The PROFILE OF TEACHERS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF SANTARÉM-PA: contributions to the discussion about the quality in the first stage of basic education

ABSTRACT

This work aimed to present and discuss the profile of teachers in early childhood education from public municipal de Santarém-Pa. The methodology consisted of questionnaires with 50 teachers distributed in units that meet children from zero to five years in the city, focusing on the following aspects: gender, initial training (level of education, training and institution specific disciplines studied), working time in the area, the combination or not of work shifts, as well as participation in continuing training courses (specialization and/or courses offered

⁶⁸ Acadêmica do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, turma 2011. E-mail: gabriela15stm@hotmail.com

⁶⁹ Professora adjunta do ICED/UFOPA. Orientadora do trabalho. E-mail: sinaraacs@hotmail.com



by the Department of education). The analysis of the data revealed, among other things, that of 50 professionals who responded to the questionnaire: 98% are women; 62% have medium level only in normal mode; 34% have upper-level undergraduate and 18% have a double shift at work. These results point to urgent needs: curricular redesign of training courses for teachers of early childhood education; wage recovery of category in order to facilitate its investment in training; male presence working together for children.

Keywords: Profile. Teachers. Early childhood education.

1 INTRODUÇÃO

Não só na cidade de Santarém, mas em todo o Brasil, é comum vermos os descasos em relação à educação de qualidade, principalmente na Educação Infantil. Tal descaso engloba desde os espaços físicos e a infraestrutura das instituições, até a qualidade dos professores, que não contam com uma formação mínima para atuarem na área.

No âmbito legal, a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil de Santarém (SEMED, 2012) traz essa etapa da Educação Básica como uma das mais importantes Políticas Públicas no Município. Segundo o documento, por meio da atuação e do compromisso da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, estão sendo construídos Centros de Educação Infantil que ampliarão as ofertas de vagas para as crianças do município.

Além disso, de acordo com o documento o processo formativo na Educação Infantil deverá propor situações que possibilitem a troca de saberes entre os professores, por meio de encontros articulados de reflexão conjunta, possibilitando-lhes formação continuada com temas atuais e diversificados, voltados para o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

É necessário ressaltar, todavia, que há divergências entre o que diz a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil de Santarém e o que acontece nas instituições como mostram os trabalhos já realizados de Matos (2013) e Sousa (2013). Tais pesquisas revelam o descaso do Poder Público no que se refere à falta de apoio ao professor, à não oferta de formação continuada e utilização de espaços físicos inadequados para o atendimento às crianças pequenas (casas, prédios improvisados e inacabados).

Um dos aspectos indispensáveis para se garantir a melhoria da qualidade do atendimento oferecido às crianças consiste na qualificação e formação dos profissionais que atuam com elas. Essa formação deve ser vista como se fosse um processo de desenvolvimento profissional permanente, que vem desde a sua formação inicial até a sua formação continuada (SALES, 2007).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996 (LDB) é um dos avanços mais significativos para a Educação Infantil, já que traz inúmeras contribuições à área, dentre as quais pode-se destacar as citadas em seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Tive a oportunidade de refletir sobre essas questões a partir da pesquisa “Caracterização das instituições de Educação Infantil da região oeste do Pará visando atender ao que está determinado nas Diretrizes Nacionais para essa modalidade”, coordenada pela professora Dra. Sinara Almeida da Costa, quando participei como bolsista de iniciação científica investigando a formação dos professores para a primeira etapa da Educação Básica. Na ocasião, chamou-me especial atenção o elevado número de professores atuando nas creches e pré-escolas sem a formação mínima necessária para tal.

Nesse sentido, diversos estudos aliam a qualidade dos serviços oferecidos às crianças em creche e pré-escolas ao perfil e à formação profissional de seus professores (ROSEMBERG, 1994; SILVA, 2001; CERISARA, 2002). Cruz (1996) e Machado (1998) chamam também a atenção para a necessidade de uma formação inicial específica que contemple conteúdos e habilidades relacionados ao trabalho em educação infantil e considere as concepções, opiniões e valores dos alunos.

É consenso também nesses estudos, a certeza de que a definição de estratégias e recursos, bem como, a identificação de necessidades essenciais e prioridades da área para a implementação de uma eficaz política de formação de professores impescinde, dentre outras coisas, da realização do diagnóstico do perfil dos profissionais que atuam diretamente com as crianças. É fato que o Brasil, mais especificamente, a cidade de Santarém, recente-se disso.

Nessa direção, apresentar e discutir o perfil dos professores de Educação Infantil da rede pública municipal de Santarém-Pa, constitui-se fator essencial para a construção da qualidade dessa primeira etapa da Educação Básica.

2 METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa que se adotou neste estudo foi a de natureza quantitativa. Nesse sentido, é classificada como de cunho qualitativo, na medida em que:

(...) a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 224).

A metodologia constou da aplicação de questionários fechados com professores de crianças de zero a cinco anos que atuam no município de Santarém.

A escolha do questionário se deu pelo fato de que poderia contemplar um maior número de sujeitos, além da flexibilidade de tempo para a resposta, o que foi fundamental em alguns casos de professores que não tiveram condições de respondê-lo no momento da entrega.

A elaboração do questionário foi feita após minuciosa revisão de literatura sobre o tema e versou sobre os seguintes assuntos: sexo, formação inicial (nível de escolaridade, instituição formadora e disciplinas específicas cursadas), tempo de trabalho na área, a combinação ou não de turnos de trabalho, bem como a participação em cursos de formação continuada (especialização e/ou cursos oferecidos pela Secretaria de Educação) etc.

Inicialmente, foi realizada uma visita à SEMED para falar sobre a pesquisa. Em seguida, foi solicitada autorização à coordenadora geral da Educação Infantil para que os questionários fossem aplicados às professoras das instituições selecionadas. Posteriormente, a coordenadora disponibilizou uma listagem com o nome de todas as creches e Pré-escolas da zona urbana e do planalto, o que facilitou o acesso.

No total responderam ao questionário 50 docentes de creches e pré-escolas, o que totaliza uma média de 10% dos professores atuantes na Educação Infantil do município, sendo alguns desses de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e outro de Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI).

Um elemento que dificultou a coleta de dados foi a falta de compreensão de algumas coordenadoras pedagógicas das instituições visitadas, pois as mesmas alegavam a falta de tempo das professoras.

Em alguns casos, ao lerem o questionário, as professoras demonstravam surpresa com

as perguntas, pois algumas sabiam que não eram qualificadas para exercerem a docência na Educação infantil e faziam questão de frisar verbalmente a falta de interesse da Secretaria de Educação quanto à oferta de formação continuada gratuita e de qualidade. Esse ponto, para as docentes, parecia fundamental, uma vez que alegavam não ter condições financeiras de pagar por um curso de aperfeiçoamento ou Especialização em virtude da baixa remuneração recebida por seu trabalho.

Após o recebimento dos questionários preenchidos, foi feita a tabulação para análise dos dados através de regra de três simples para cada modalidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 50 profissionais pesquisados, 49 são mulheres, o que corresponde a 98% da população investigada. Esses dados confirmam o que vem sendo demonstrado em outras pesquisas no que se refere ao número significativo de mulheres na profissão do magistério na Educação Infantil (SILVA, 2001; CERISARA, 2002). Essa informação nos remete às questões de gênero e de trabalho na medida em que se tem consciência da hierarquização social existente entre as diferentes posições sociais assumidas por homens e mulheres no mundo do trabalho.

Longe de ser um dado pouco importante, revela concepções sociais e culturais historicamente construídas sobre o papel atribuído ao profissional da Educação Infantil. Estas concepções relacionam o trabalho realizado pela professora aos fazeres domésticos, menos valorizados socialmente, sem maiores exigências em termos de profissionalização, e conseqüentemente, com remuneração inferior aos professores das demais etapas da educação básica.

As exigências em torno de uma maior profissionalização docente na Educação Infantil surgiram no Brasil principalmente a partir da década de 1990, baseadas em novas concepções de criança, que foram sendo construídas principalmente através dos avanços obtidos em pesquisas nas áreas do desenvolvimento e aprendizagem infantis, bem como em novas concepções sobre a função da Educação Infantil em nossa sociedade, não mais apenas como possibilidade de assegurar o direito das mulheres de se inserirem no mercado do trabalho, mas como direito social da própria criança de ter acesso a uma Educação Infantil de qualidade. Para viabilizá-lo de forma adequada, é importante que as crianças possam contar também com

o referencial masculino nas instituições de Educação Infantil, indispensável ao seu processo de socialização e de desenvolvimento, como destaca Cerisara (1996, p.166):

O movimento que busca a integração e a complementaridade entre feminino e masculino supõe que se abra espaço para que o homem possa lidar com o afeto, o sentimento, a maternagem, assim como para práticas profissionais com feições masculinas dentro das instituições de educação infantil, com vistas a colaborar para a ruptura das discriminações de gênero nas ocupações ligadas ao cuidado e à educação das crianças de 0 a 6 anos e a contribuir para o processo de socialização de meninos e meninas.

No que se refere à faixa etária, constatou-se que dos 50 profissionais pesquisados, 16 têm até 20 anos, o que corresponde a 32% do total da amostra. Já 25 docentes têm entre 20 e 40 anos, correspondendo a 50%, e 9 têm acima de 40 anos, o que corresponde a 18%.

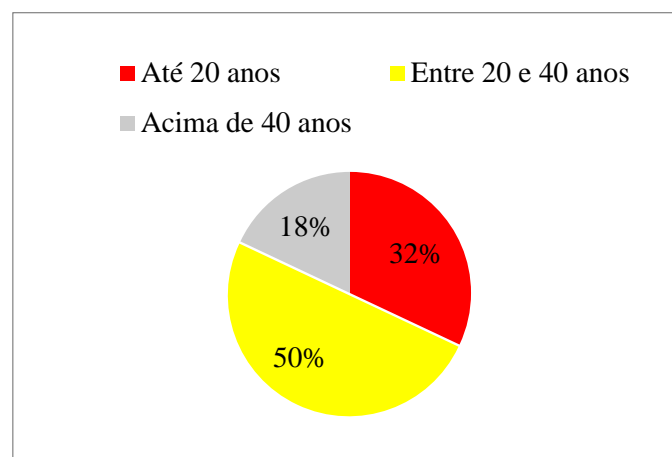


Figura 1- Faixa etária

É importante destacar que dos profissionais que responderam ao questionário, 58% possuem vínculo temporário com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED e apenas 42% são efetivos. Esse dado é preocupante, especialmente quando se pensa nas políticas públicas voltadas para a valorização docente e que só beneficiam os profissionais efetivos. Além disso, professores temporários são, via de regra, mais desvalorizados profissionalmente, costumam permanecer pouco tempo na instituição, gerando grande rotatividade docente, e possuem salários mais baixos. Tudo isso dificulta ainda mais a construção da tão almejada qualidade da Educação Infantil e precisa ser revisto, de forma urgente pelo poder público municipal de Santarém.

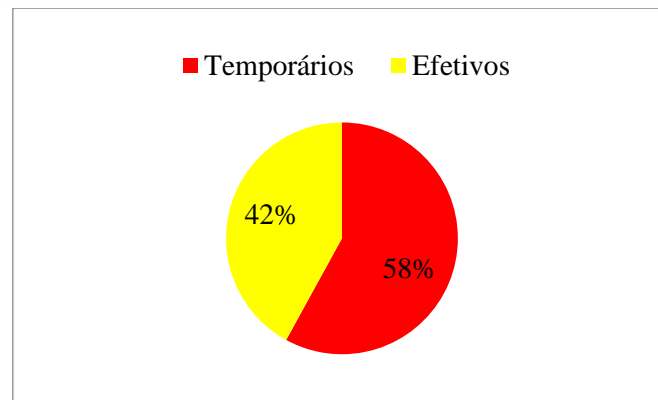


Figura 2- Vínculo com a SEMED

No que concerne à jornada de trabalho dos professores observou-se que 18% dos entrevistados trabalha 40 horas por semana, sendo oito horas diárias de segunda a sexta-feira (e em alguns sábados do mês). Esses dados revelam a atuação intensa destes profissionais, que geralmente se submetem a uma segunda jornada de trabalho a fim de viabilizar uma melhoria da renda familiar. Nesta jornada dupla de trabalho não estão contemplados tempos e espaços para o planejamento e a avaliação das atividades desenvolvidas com as crianças, tampouco para os professores se dedicarem à formação profissional. Do restante, 30% trabalha 20 horas por semana e 52% responderam que trabalham 30 horas por semana.

Outro dado relevante é que destes professores que possuem dupla jornada de trabalho, 4% trabalham em um turno com a Educação Infantil e, no outro, com o Ensino Fundamental. Isto significa que eles precisam programar suas atividades pedagógicas para duas etapas distintas da educação básica, que atendem crianças com demandas e necessidades diferenciadas, o que exige mais tempo e melhor preparação.

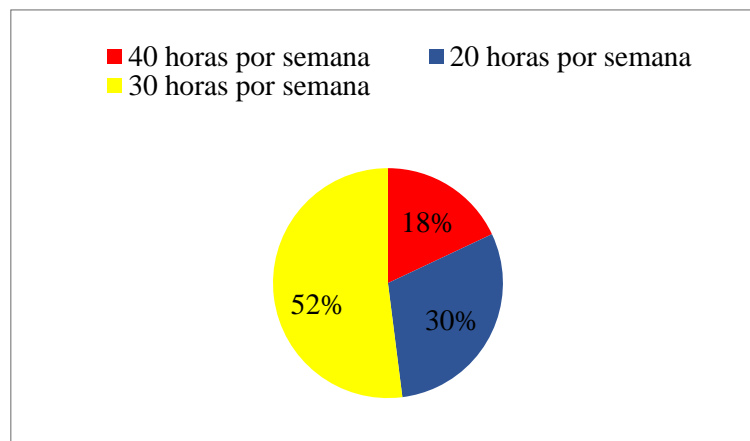


Figura 3- Jornada de trabalho

Quanto ao tempo de magistério, a maioria das professoras participantes da pesquisa (50%) tem de 5 a 10 anos de experiência docente. Do restante, 24% tem até 5 anos, 8% tem de 10 a 20 anos, 8% tem mais de 20 anos e 10% não responderam. Esse dado nos revela que a maioria dos professores que responderam ao questionário já possui uma experiência significativa na docência, ou seja, já ultrapassaram a fase de entrada na carreira (primeiros 3 anos), considerada como fase de “sobrevivência” ou de “descoberta”, onde o professor tem o que se chama de “choque do real”, ou seja, o confronto inicial com a complexidade da situação profissional. (HUBERMAN, 2000). Essa realidade pressupõe uma prática mais sólida, mais consciente e, provavelmente, mais significativa e eficaz diante dos objetivos que o professor tem para o seu trabalho, o que é importante na busca pela qualidade da prática pedagógica.

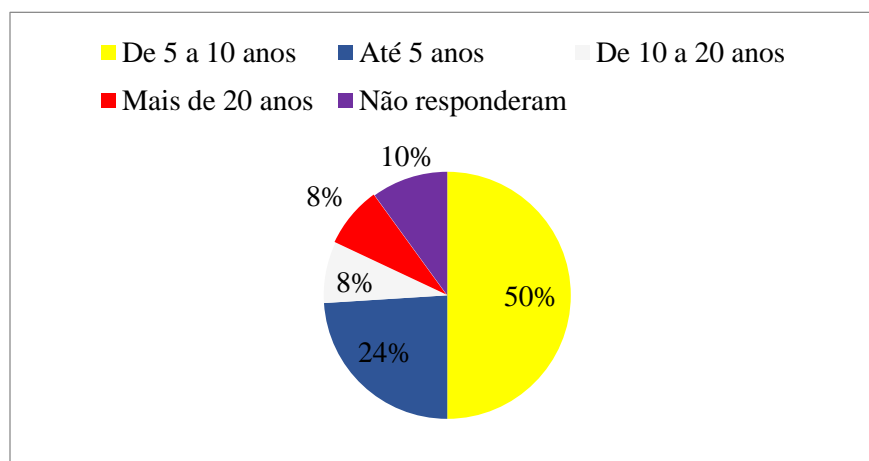


Figura 4- Tempo de magistério

Em relação ao tempo de experiência na Educação Infantil, 50% têm até cinco anos de experiência docente na área, o que pode transparecer a ideia de que não se encontram ainda tão “contaminadas” com os vícios e preconceitos existentes no serviço público (SALES, 2007). Todavia, resultados de pesquisas anteriormente realizadas em creches e pré-escolas da rede pública municipal (ANDRADE, 2002; COSTA, 2002, CRUZ, 1998) constataram que as práticas pedagógicas realizadas na área estão bastante aquém de um atendimento educacional de qualidade.

Isto nos aponta, dentre outros aspectos, para a importância de um acompanhamento pedagógico sistematizado e contínuo desses professores por coordenadores ou supervisores

que possuam conhecimentos específicos referentes ao cuidado e a educação das crianças pequenas. Como as pesquisas supracitadas indicam que a maioria das professoras trabalha sozinha, elas acabam geralmente se reportando aos “conselhos” das colegas de trabalho que atuam na área há mais tempo ou também à sua própria experiência como alunas (TARDIF, 2002).

Em relação ao restante dos dados sobre o tempo de experiência na Educação Infantil, 36% dos docentes têm de 5 a 10 anos de experiência na Educação Infantil, 8% têm de 10 a 20 anos, 4% têm mais de 20 anos e 2% não responderam.

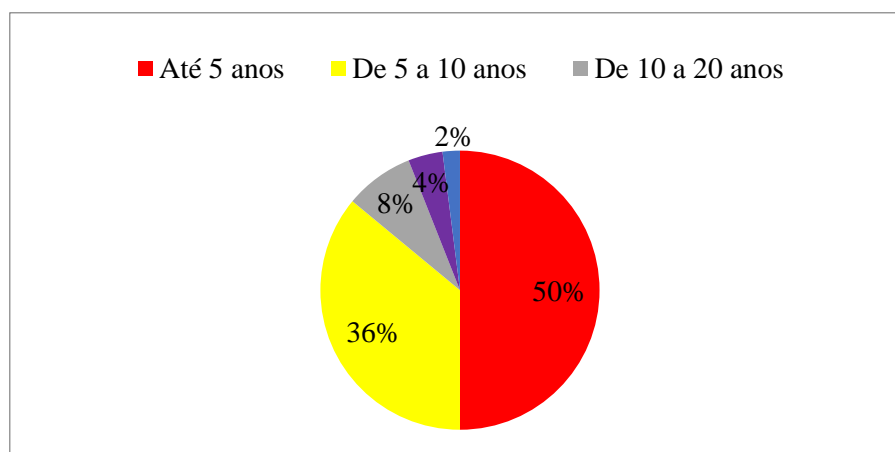


Figura 5- Experiência na Educação Infantil

Quanto à pergunta sobre a idade das crianças com as quais trabalham, 52% dos docentes afirma trabalhar com crianças de 0 a 3 anos e 48% com crianças de 4 e 5 anos. Diante dessas informações fica evidente a necessidade de uma formação específica para esses profissionais, especialmente quando falamos no trabalho com bebês e crianças muito pequenas, como é o caso das creches.

Em relação às modalidades de ensino das instituições onde atuam os professores investigados, 18% delas funcionam apenas como creche, ou seja, atendendo crianças de zero a três anos, 76% funcionam como creche e pré-escola, atendendo crianças de zero a cinco anos e apenas 2% funcionam atendendo Educação Infantil e Ensino Fundamental. A partir daí, observa-se que, a maioria das instituições em que trabalham os professores são Centros de Educação Infantil, atendendo crianças pequenas, o que remete, mais uma vez, a uma formação voltada às especificidades dessa faixa etária.

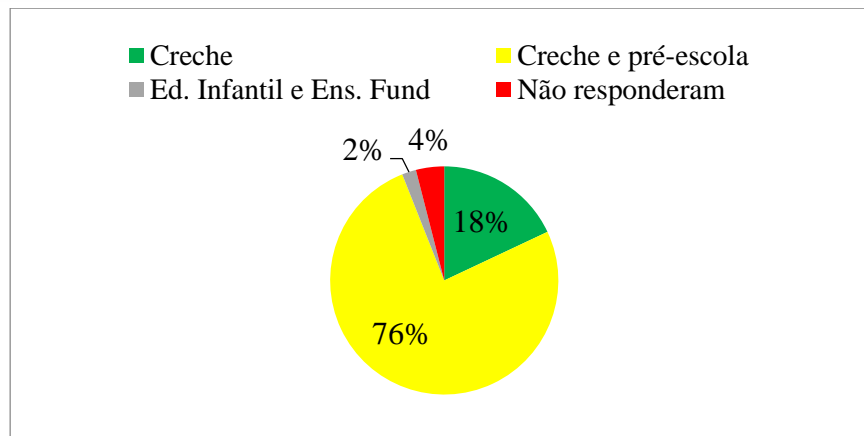


Figura 6- Modalidades de Ensino

No que se refere se a instituição em que trabalham há crianças com deficiência, 48% responderam que sim e 48% que não, enquanto 4% não responderam. Já em relação à presença dessas crianças nas turmas em que atuam, 10% responderam que há crianças com deficiência nas suas salas, mas fizeram questão de ressaltar que não possuem formação na área da educação especial, o que dificulta o trabalho.

É necessário ressaltar que grande parte dos avanços registrados nos últimos anos na atenção à diversidade na Educação Infantil se deve à presença das crianças com deficiência nas escolas regulares. Nesse sentido, a inclusão pode ter efeitos muito positivos para todos: para as crianças com mais dificuldades, para suas famílias, para os colegas e para a própria escola, que se torna mais rica e eficiente.

Quando se pensa, todavia, na proposta inclusiva, não se pode esquecer o professor, que é um dos principais personagens deste processo, pois é ele quem organiza a prática pedagógica, agindo como mediador das interações estabelecidas e das aprendizagens realizadas. Para, entretanto, que o professor responda as necessidades de aprendizagem diferenciadas das crianças e possa propor experiências que levem em consideração as especificidades dos mesmos, este profissional precisa ter uma formação que o proporcione conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos que o habilite a atender suas necessidades.

Dos professores investigados, 98% responderam que na instituição em que trabalham há coordenador pedagógico, enquanto 2% não responderam. Além disso, 88% dos docentes afirmaram receber apoio desse profissional, 4% disseram não receber apoio algum e 8% não responderam. É preocupante constatar que ainda há professores trabalhando sem orientação da coordenação pedagógica, uma vez que esse profissional, que deve ter formação adequada,

teria condições de colaborar com o trabalho docente ajudando a retirar dúvidas e orientando no caso de práticas inadequadas.

Analisando os dados referentes à formação inicial destes profissionais, 31 do total dos 50 professores cursaram apenas o nível médio na modalidade normal, o que representa 62% do universo investigado, enquanto apenas 17 concluíram o ensino superior, o que corresponde a 34% dos docentes. Destes, 6 são formados pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 1 pela Universidade Federal do Pará-UFPA, 5 pelo Instituto Esperança de Ensino Superior-IESPES e 34 por outras universidades ou faculdades. Esses dados são alarmantes, tendo em vista que a maioria dos professores investigados não conta com uma formação de nível superior e, tampouco, específica para o trabalho na Educação Infantil, o que aponta para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a formação desses profissionais no município de Santarém.

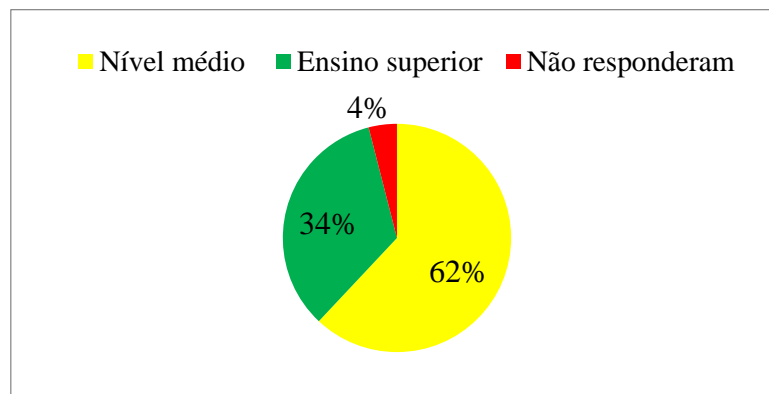


Figura 7- Formação Inicial

Em relação à pergunta se elas consideram que seu curso de formação inicial lhes preparou adequadamente para o trabalho na Educação Infantil, 72% responderam que sim, 26% responderam que não e os outros 2% preferiram não responder. Apesar de ser um resultado relativamente pequeno quando constatou-se que apenas 26% não obtiveram preparação adequada para esta etapa da educação, ainda sim é preocupante. Pois hoje sabe-se que a formação inicial do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para os padrões de qualidade adequados na educação. A Educação Infantil ainda precisa enfrentar graves desafios para que possa se constituir num serviço de qualidade oferecido à maioria da população. No entanto, pensar em uma formação inicial viável e de qualidade para os educadores torna-se uma prioridade.

No que se refere aos dados relativos à formação continuada, 30% dos professores concluíram ou estão cursando alguma especialização. Deste universo, apenas 24% estão na área de Educação Infantil, 6% cursam áreas afins (psicopedagogia, informática educacional e alfabetização) e 70% não responderam. Isto demonstra que boa parte dos docentes que atuam com crianças pequenas não priorizaram a área em cursos de pós-graduação *latu sensu*, o que deve ser fonte de preocupação.

Outro dado relevante é que 26% destes profissionais não participaram de cursos oferecidos pela SEMED nos três últimos anos, o que pode demonstrar a rotatividade no quadro docente, a qual, por sua vez, pode estar relacionada à desvalorização profissional, baixa remuneração, más condições de trabalho, dentre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o perfil das profissionais que atuam com as crianças de creches e pré-escolas públicas municipais de Santarém não pode prescindir de uma memória construída ao longo de mais de um século de existência das instituições infantis nacionais. Trata-se de uma história marcada, sobretudo, pelo atendimento determinado pela classe social a que se destina. Não é à toa que à população de baixa renda são também destinados serviços de baixa qualidade. Assim, o que diferencia as instituições não são as origens nem a ausência de propósitos educativos, mas o público e a faixa etária atendida. É a origem social e não a institucional que tem inspirado objetivos educacionais diversos (KUHLMANN, 1999).

Aos direitos adquiridos correspondem responsabilidades a serem assumidas! Desta forma, fazer cumprir o direito constitucional da criança de 0 a 5 anos de idade à Educação Infantil é bem maior do que a simples garantia do acesso às vagas em creches e pré-escolas. É oferecer a estes sujeitos o que eles mais precisam para se desenvolver plenamente e agora, o que é possível à medida que estas instituições conhecem e respeitam as características, necessidades e direitos da criança e organizam uma programação diária capaz de tornar esse lugar um espaço agradável de convivência e educação para todos os que ali permanecem dias a fio. Nesse contexto, o professor assume importante papel, organizando a rotina da instituição e estabelecendo a organização e ocupação do tempo e do espaço.

Deste modo, se quisermos melhorar a qualidade dos serviços oferecidos às crianças pequenas temos que necessariamente nos comprometer com a qualidade de seus professores,

que por sua vez, encontra-se vinculada à sua formação profissional. Assim, poderemos contribuir também para a promoção de práticas educativas que permitam a essas crianças adquirir elementos que lhes possibilitem participar ativamente de nossa sociedade, que é complexa, mas que pode e deve ser justa.

Recebido em: Abril de 2016

Aceito em: Junho de 2016

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rosimeire Costa de. **A espera e a ociosidade na rotina da creche comunitária de Fortaleza.** 2002. Dissertação (Mestrado). FACED/Universidade Federal do Ceará.

CERISARA, A. B. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Maria Celina Furtado B. e. **Educação e cuidado numa instituição pública municipal de Educação Infantil de Fortaleza.** 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará.

CRUZ, Sílvia H. V. Reflexões acerca da formação do educador infantil. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 97, p. 79-87, maio 1996.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Et al. **O atendimento em creches comunitárias na cidade de Fortaleza: diagnóstico da situação atual.** Relatório de Pesquisa. Fortaleza: FACED/UFC, 1998.

HUBERMAN, Michaël. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António (org.) **Vidas de Professores.** Portugal. Porto Editora. 2000.

KUHLMANN JR., Moysés. “Educação infantil e currículo”. In: FARIA, A. L. Goulart & PALHARES, M. Silveira (orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios.** Campinas: Autores Associados, 1999.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MACHADO, M.L. de A. **Formação profissional para educação infantil: subsídios para idealização e implementação de projetos.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MATOS, Fábio Farias de. **Docência na Educação Infantil: Questões de gênero.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Oeste do Pará. Orientador: Sinara Almeida da Costa.

MINAYO, Maria C. S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, pp. 239-262, 1993.



ROSEMBERG, F. Formação do Profissional de Educação Infantil através de Cursos Supletivos. In: Brasil. Ministério da Educação. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília, 1994.

SALES, Sinara Almeida da Costa. **O perfil profissional dos professores da pré-escola da rede pública municipal de fortaleza**. 2007. (artigo) FAGED/Universidade Federal do Ceará.

SEMED. **Proposta pedagógica para a educação infantil do município de Santarém/gestão municipal**. Santarém, 2012.

SILVA, I. de O. **Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, Thaiza Lara de. PIBID: **Reflexões sobre a iniciação a docência**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Oeste do Pará. Orientador: Sinara Almeida da Costa.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 2 ed. Petrópolis / R.J.: Vozes, 2002.

